

# Superior Tribunal de Justiça

## RECLAMAÇÃO Nº 38.868 - MG (2019/0267181-5)

**RELATOR** : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE  
**RECLAMANTE** : PASA PLANO DE ASSISTENCIA A SAUDE DO APOSENTADO DA VALE  
**ADVOGADOS** : FRANCO LUCENA SANTOS PEREIRA - MG076146  
WALTER DEMIAN ROITMAN - RJ126923  
FREDERICO DE MIRANDA CRUZ - MG123836  
**RECLAMADO** : TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**INTERES.** : JOSE MARCIANO NETO

### EMENTA

JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS. RECLAMAÇÕES AJUIZADAS CONTRA ACÓRDÃOS DAS TURMAS RECURSAIS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL. JULGAMENTO QUE DEVERÁ SER REALIZADO NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, POR SUAS CÂMARAS REUNIDAS OU SEÇÕES ESPECIALIZADAS, CONFORME DECIDIDO PELA CORTE ESPECIAL DO STJ NA QUESTÃO DE ORDEM NO AGRG NA RCL N. 18.506/SP. ORIENTAÇÃO MATERIALIZADA COM A EDIÇÃO DA RESOLUÇÃO STJ/GP N. 3, PUBLICADA EM 8/4/2016. PERMANÊNCIA NO STJ APENAS DAS RECLAMAÇÕES QUE JÁ HAVIAM SIDO DISTRIBUÍDAS. RECLAMAÇÃO NÃO CONHECIDA, ORDENADO O IMEDIATO ENCAMINHAMENTO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS.

### DECISÃO

Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, ajuizada por Pasa – Plano de Assistência à Saúde do Aposentado da Vale, com amparo no art. 105, I, *f* da CF, contra acórdão proferido pela Turma Recursal do Juizado Especial do Estado de Minas Gerais.

Do contexto dos autos, tem-se que a ação de indenização por danos materiais e morais ajuizada por José Marciano Neto contra a ora reclamante, alegando, em síntese, que teve negada pelo Plano de Saúde a realização do procedimento cirúrgico para implantação de *stent* na artéria renal, razão pela qual foi obrigado a custear as despesas no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), foi julgada procedente pelo Juízo Especial Cível da Comarca de Itabira-MG, para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de dano moral, devidamente corrigida e

# *Superior Tribunal de Justiça*

acrescida de juros moratórios, e a restituir o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), já com a dobra, a título de danos materiais (e-STJ, fls. 189-194).

Interposto recurso inominado pela ré, a Turma Recursal do Juizado Especial do Estado de Minas Gerais deu parcial provimento ao recurso, para decotar "o valor arbitrado a título de indenização por danos morais, bem como a dobra da indenização material arbitrada pela sentença, determinando, por fim, que a ré restitua à parte recorrida o valor de R\$ 6.000.00 (seis mil reais), acrescido de juros de mora de 1% ao mês desde a citação e correção monetária a partir da data do desembolso. Sem condenação a custas e honorários, a teor do previsto no art. 55 da Lei 9099/95" (e-STJ, fl. 277).

Nas razões da presente insurgência, a reclamante alega que a decisão impugnada viola precedentes desta Corte, sobretudo o disposto na Súmula n. 608/STJ, no sentido de que não se aplicam as regras consumeristas às operadoras de Plano de Saúde de Autogestão, e, ainda, a Súmula Vinculante n. 10/STF, visto que houve o afastamento da disciplina do art. 10, VII, § 3º, da Lei 9.656/1998 por órgão fracionário.

Diante disso, pleiteia seja deferida a liminar para suspender os efeitos do acórdão recorrido, até o julgamento desta reclamação e, no mérito, seja provida para que os pedidos autorais sejam julgados improcedentes.

Brevemente relatado, decido.

Do que se extrai dos autos, a reclamação, ajuizada contra decisão de Turma Recursal de Juizado Especial estadual, foi protocolizada neste Tribunal em 5/9/2019.

Ocorre que a Corte Especial, na sessão realizada em 6/4/2016, concluiu o julgamento da Questão de Ordem no AgRg na Rcl n. 18.506/SP, tendo deliberado que "caberá às Câmaras Reunidas ou à Seção Especializada dos Tribunais de Justiça a competência para processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância

# *Superior Tribunal de Justiça*

de precedentes".

Para materializar essa decisão, foi editada a Resolução STJ/GP n. 3, que expressamente dispôs caber ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento das reclamações que lhe foram distribuídas anteriormente a sua publicação, ocorrida em 8/4/2016.

Constatado que a distribuição deste reclamo ocorreu após a publicação da Resolução STJ/GP n. 3/2016, necessário se faz, a fim de que não haja prejuízo para a reclamante, o seu encaminhamento ao tribunal doravante competente para o julgamento.

Ante o exposto, não conheço da reclamação.

Dado o pedido urgente formulado pela reclamante, remetam-se os autos, de imediato, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com a devida baixa, sem necessidade de se aguardar o decurso de prazo.

Publique-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator